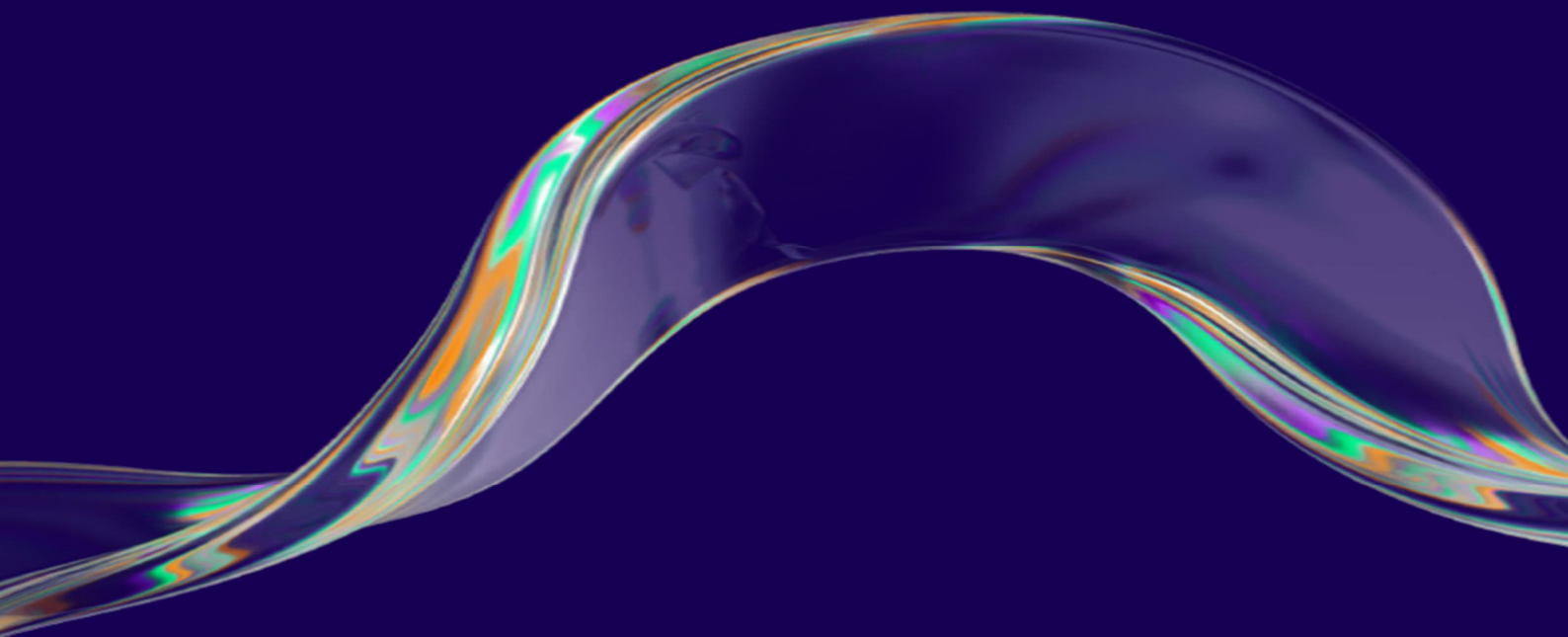


NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Demonstração do resultado do exercício	6
Demonstração do resultado abrangente do exercício.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	12
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	12
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	13
4	Investimentos.....	13
5	Patrimônio líquido	14

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da NK 231 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NK 231 Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Conforme mencionado na nota explicativa N° 1, os saldos comparativos não foram apresentados devido a Companhia ter suas operações e transações iniciadas somente em 2024. Portanto, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

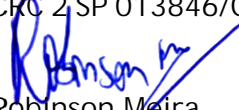


Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	4 (b)	1.459
Lucro líquido do exercício		<u>1.459</u>

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024
Lucro líquido do exercício	1.459
Resultado abrangente do exercício	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.459

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.459
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência Patrimonial	4 (b)	(1.459)
		(1.459)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.459)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(1.459)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024
Ativo		
Não circulante		
Investimento	4	246.379
		<u>246.379</u>
Total do ativo		<u>246.379</u>
	Nota	2024
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Dividendos a pagar		347
		<u>347</u>
Total do passivo		<u>347</u>
Patrimônio líquido	5	
Capital social		244.920
Reservas de lucros		1.112
Total do patrimônio líquido		<u>246.032</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>246.379</u>

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2024		-	-	-	-	-
Lucro líquido exercício		-	-	-	1.459	1.459
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	1.459	1.459
Aumento de capital	1.1.1 (a)	244.920	-	-	-	244.920
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva legal		-	73	-	(73)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	5 (c)	-	-	-	(347)	(347)
Retenção de lucro		-	-	1.039	(1.039)	-
		244.920	73	1.039	(1.459)	244.573
Em 31 de dezembro de 2024		244.920	73	1.039	-	246.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A NK 231 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo que foi constituída em 15 de março de 2023.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

A Companhia é controlada direta da *holding* Jaíba V Holding S.A. ("Jaíba V"), sendo controlada indireta das companhias CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP") e Auren Energia S.A. ("Auren").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Aumento de capital via recebimento de ações

Em 06 de dezembro de 2024, durante a Assembleia Geral Extraordinária, conforme rerratificada em nova Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de janeiro de 2025, foi deliberado o aumento de capital social da Companhia, pela sua controladora Jaíba V, no montante de R\$ 244.920,00, dividido em 244.919.508 ações ordinárias e preferenciais, através da conferência de titularidade das ações ordinárias emitidas pelas empresas Jaíba CE Energias Renováveis S.A. ("Jaíba CE"), Jaíba SO Energias Renováveis S.A. ("Jaíba SO") e Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A. ("Jaíba NO2"), por meio do qual passou a deter 50% de participação nas referidas empresas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 02 de abril de 2025.

(c) Base de apresentação

Em 2023, a Companhia tinha apenas saldo em caixa e capital social, no montante de R\$ 100 reais, como a divulgação dessas demonstrações financeiras está em milhares de reais, não há apresentação a ser divulgada nas colunas de período comparativo.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis.

A Companhia adotou a isenção prevista no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e não elaborou as demonstrações financeiras consolidadas pelos seguintes motivos:

- (i) Os acionistas não fazem objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto;
- (iii) A Companhia não registrou nem está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto;
- (iv) Sua controladora direta CESP apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro.

Pelos fatos apresentados acima a Diretoria da Companhia entende que a não consolidação das controladas não causam impactos relevantes na avaliação das suas demonstrações financeiras.

As divulgações de participações em outras entidades estão de acordo com os requisitos do CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.3 Controladas

A seguir a tabela das empresas controladas da Companhia:

	2024		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante			
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	50%	50%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	50%	50%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	50%	50%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis não adotadas pela Companhia em 2024

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.

4 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2024				Resultado de equivalência patrimonial	Saldo
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2024	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	165.293	(884)	50,00%	50,00%	(505)	82.647
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	165.620	(3.170)	50,00%	50,00%	(476)	82.810
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	161.844	(2.026)	50,00%	50,00%	(478)	80.922
					<u>(1.459)</u>	<u>246.379</u>

(b) Movimentação

	2024
Saldo no início do exercício	-
Aquisição de investimento - via recebimento de ações	244.920
Equivalência patrimonial	1.459
Saldo no final do exercício	<u>246.379</u>

5 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 244.920, composto por 244.919.508 ações ordinárias e preferenciais, conforme demonstrado abaixo:

	Capital social integralizado	Quantidade de ações - em unidades						
		Ordinárias			Preferenciais		Total	
		Classe A	Classe B	%	PN	%	%	
Acionistas controladores								
Jaiba V Holding S.A.	244.920	2.449.195	120.010.559	50%	122.459.754	50%	244.919.508	100%
	244.920	2.449.195	120.010.559	50%	122.459.754	50%	244.919.508	100%

(b) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 347, reconhecido em dividendos a pagar.

	2024
Lucro líquido do exercício	1.459
(-) Reserva legal - 5%	(73)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	1.386
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(347)
(=) Saldo de lucros acumulados	1.039
(-) Retenção de lucros	(1.039)
	-